

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ANO ECONÓMICO DE 2017



Ourém

MUNICÍPIO DE OURÉM
ANO ECONÓMICO DE 2017

Prestação de Contas Consolidadas

ÍNDICE GERAL	Página N.º
ÍNDICE	2
1 - Contas Consolidadas	3
1.1 - Balanço Consolidado com Empresas Municipais	4
1.2 - Demonst. de Resultados Consolidados com Empresas Municipais	8
1.3 - Balanço Consolidado (Empresas e Ajustamentos)	10
1.4 - Demonst. Resultados Consolidado (Empresas e Ajustamentos)	14
1.5 - Fluxos de Caixa Consolidados	16
1.6 - Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	18
1.7 - Manual de Consolidação das Contas do Município com as Empresas Municipais	39
2 - Relatório de Gestão - Contas Consolidadas	documento em anexo
ANEXOS	96
3 - Ata da reunião em que foram discutidas e votadas as contas consolidadas	documento em anexo
4 - Prestação de Contas 2017 - OurémViva, E.M. S.A.	documento em anexo

1. Contas Consolidadas

1.1 Balanço Consolidado

MUNICÍPIO DE OURÉM
BALANÇO CONSOLIDADO - 2017

Unidade: Euro

Código Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	6 835 522	-	6 835 522	6 824 256
452	Edifícios	-	-	-	
453	Outras const. e infra-estruturas	187 826 669	117 522 053	70 304 616	79 881 902
455	Bens patr.hist., artístico e cultural	130 395	1 521	128 874	64 486
459	Outros bens de domínio público	21 489	16 443	5 046	5 466
445	Imobilizações em curso	7 095 495	-	7 095 495	1 188 778
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	
		201 909 570	117 540 018	84 369 553	87 964 888
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	53 628	29 790	23 838	41 712
432	Despesas de invest.e desenv.	981 105	981 105	0	0
433	Prop. industrial e outros direitos	467 133	358 591	108 541	186 852
	Outras imobilizações incorpóreas	13 588	13 588	0	12 834
443	Imobilizações em curso	2 083 479	-	2 083 479	1 756 791
		3 598 933	1 383 075	2 215 858	1 998 189
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	16 461 446,98		16 461 447	16 501 847
422	Edifícios e outras construções	67 655 091,56	11 069 696,71	56 585 395	57 091 062
423	Equipamento básico	3 317 880,71	2 916 253,02	401 628	331 972
424	Equipamento de transporte	2 716 028,10	2 563 947,27	152 081	262 858
425	Ferramentas e utensílios	84 981,45	70 664,70	14 317	10 518
426	Equipamento administrativo	1 730 316,02	1 475 488,52	254 828	202 936
427	Taras e vasilhame	350,16	350,16	0	0
429	Outras imobilizações corpóreas	2 889 985,20	1 999 339,86	890 645	1 101 185
442	Imobilizações em curso	635 526,33		635 526	621 203
		95 491 607	20 095 740	75 395 866	76 123 582
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	558 570		558 570	558 570
412	Obrig. e títulos de participação	1 540 413		1 540 413	1 540 413
414	Investimentos em imóveis	1 607 742	221 672	1 386 070	1 407 433
415	Outras aplicações financeiras	124		124	
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		3 706 849	221 672	3 485 178	3 506 416
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias-primas, subs. e de cons.	351 109		351 109	306 286
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desp.,res. e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	35 084		35 084	38 259
37	Adiant. por conta de Compras				
		386 193	0	386 193	344 546
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros devedores	4 801 500		4 801 500	4 801 500
		4 801 500	0	4 801 500	4 801 500
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				

Código Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
211	Clientes c/c	119 448		119 448	163 181
212	Contribuintes c/c	159 936		159 936	151 064
213	Utentes c/c	183 708		183 708	194 660
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	728 337	728 337	0	0
251	Deved. pela exec.do orçamento				0
229	Adiantamentos a fornecedores				0
2619	Adiant.fornec. de imobilizado				0
24	Estado e outros entes públicos	100 425		100 425	175 513
264	Administração autárquica				
262+263+ 267+ 268	Outros devedores	658 794	489 071	169 723	319 389
269	Terceiros OT	1 463		1 463	
		1 952 112	1 217 408	734 705	1 003 807
	Títulos negociáveis				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em inst. financeiras	3 148 251		3 148 251	5 165 454
11	Caixa	3 181		3 181	2 683
		3 151 432		3 151 432	5 168 137
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	7 242 085		7 242 085	7 334 530
272	Custos diferidos	25 862		25 862	44 239
		7 267 946		7 267 946	7 378 769
	Total de amortizações		139 240 504		127 904 913
	Total de provisões		1 217 408		1 216 592
	Total do ativo	322 266 143	140 457 912	181 808 231	188 289 834

Código contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
	FUNDOS PRÓPRIOS		
51	Patrimônio	138 230 554	138 230 554
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	20 000	20 000
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas Legais	12 544 287	12 544 287
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	11 500 913	11 497 452
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultados transitados	-21 043 947	-16 306 475
88	Resultado líquido do exercício	-4 669 854	-3 506 823
		136 581 954	142 478 995
Código contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
	PASSIVO		
292	Provisões para riscos e encargos	4 704 706	2 449 710
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	6 473 710	8 468 404
2613	Fornecedores de imobilizado - aquisições a mlp		
26152	FAM - Fundo de Apoio Municipal	660 177	880 236
		7 133 887	9 348 640
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	1 994 449	1 993 212
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	356 610	362 598
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	880 664	1 055 107
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/cauções	121 457	136 983
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3 228	20 764
24	Estado e outros entes públicos	227 635	243 913
264	Administração autárquica	0	
262+263+ 267+ 268	Outros credores	361 523	309 769
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência	620 234	135 502
26151	FAM - Fundo de Apoio Municipal	220 059	220 059
		4 785 860	4 477 909
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1 700 071	1 495 243
274	Proveitos diferidos	26 901 753	28 039 337
		28 601 824	29 534 580
	Total dos fundos próprios e do passivo	181 808 231	188 289 834

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ____ de ____ de ____

1.2 Demonstração de Resultados Consolidados

MUNICÍPIO DE OURÉM
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Ano: 2017

Unidade: Euro

Código de Contas POCAL	Custos e Perdas	Exercícios			
		2017		2016	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	16 190		3 921	
	Matérias	485 925	502 115	545 887	549 808
62	Fornecimentos e serviços externos	9 918 402		8 691 962	
641 + 642	Custos com o pessoal:				
643 a 648	Remunerações	7 402 001		7 112 921	
	Encargos sociais	2 159 104	19 479 508	2 162 240	17 967 123
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 083 424	2 083 424	2 558 152	2 558 152
66	Amortizações do exercício	11 441 833		11 329 642	
67	Provisões do exercício	960 247	12 402 080	0	11 329 642
65	Outros custos e perdas operacionais	290 257	290 257	205 224	205 224
	(A)		34 757 384		32 609 950
68	Custos e perdas financeiras	165 319	165 319	125 915	125 915
	(C)		34 922 703		32 735 865
69	Custos e perdas extraordinárias	1 778 926	1 778 926	3 049 643	3 049 643
	(E)		36 701 629		35 785 508
	Imposto sobre o Rendimento	4 402	4 402	3 198	3 198
			36 706 031		35 788 706
88	Resultado líquido do exercício	-4 669 854	-4 669 854	-3 506 823	-3 506 823
			32 036 177		32 281 882
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	19 284		10 460	
7112+7113+7114	Vendas de produtos	1 760		9 913	
712	Prestações de serviços	1 953 101	1 974 145	1 860 867	1 881 240
72	Impostos e Taxas	11 217 379		10 891 222	
73	Proveitos suplementares	8 581		10 092	
74	Transferências e subsídios obtidos	14 623 096		14 398 967	
	Reversões de amortizações	5 810	25 854 865	4 504	25 304 785
	(B)		27 829 009		27 186 025
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 803 977	1 803 977	1 826 000	1 826 000
	(D)		29 632 987		29 012 024
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 403 191	2 403 191	3 269 858	3 269 858
	(F)		32 036 177		32 281 882

Resumo:

Resultados operacionais: (B) - (A);	-6 928 375	-5 423 926
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	1 638 658	1 700 085
Resultados correntes: (D) - (C);	-5 289 717	-3 723 841
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	-4 665 452	-3 503 626
Resultado do Exercício (Exer. Int. Minoritários)	-4 669 854	-3 506 823

Órgão executivo

Em ____ de _____ de _____

Órgão deliberativo

Em ____ de _____ de _____

1.3 Balanço Consolidado (Empresas + Ajustamentos)

MUNICÍPIO DE OURÉM
BALANÇO CONSOLIDADO (Empresas + Ajustamentos) - 2017

Unidade: Euro

Código Contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
	IMOBILIZADO				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	6 835 522	0	0	6 835 522
453	Outras const. e infra-estruturas	70 304 616	0	0	70 304 616
455	Bens patr.hist., artístico e cultural	128 874	0	0	128 874
459	Outros bens de domínio público	5 046	0	0	5 046
445	Imobilizações em curso	7 095 495	0	0	7 095 495
		84 369 553	0	0	84 369 553
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	23 838	0	0	23 838
433	Prop. industrial e outros direitos	108 541	0	0	108 541
443	Imobilizações em curso	2 083 479	0	0	2 083 479
		2 215 858	0	0	2 215 858
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	16 422 212	39 235	0	16 461 447
422	Edifícios e outras construções	56 495 737	89 658	0	56 585 395
423	Equipamento básico	326 990	74 638	0	401 628
424	Equipamento de transporte	150 954	1 126	0	152 081
425	Ferramentas e utensílios	13 107	1 210	0	14 317
426	Equipamento administrativo	250 037	4 791	0	254 828
429	Outras imobilizações corpóreas	890 408	238	0	890 645
442	Imobilizações em curso	635 526	0	0	635 526
		75 184 970	210 896	0	75 395 866
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	608 070	500	-50 000	558 570
412	Obrig. e títulos de participação	1 540 413	0	0	1 540 413
414	Investimentos em imóveis	1 386 070	0	0	1 386 070
415	Outras aplicações financeiras	0	124	0	124
		3 534 553	624	-50 000	3 485 178
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias-primas, subs. e de cons.	349 555	1 554	0	351 109
32	Mercadorias	0	35 084	0	35 084
		349 555	36 638	0	386 193
Código Contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	Outros devedores	4 801 500	0	0	4 801 500
		4 801 500	0	0	4 801 500
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes c/c	6 838	244 701	-132 090	119 448
212	Contribuintes c/c	159 936	0	0	159 936
213	Utentes c/c	183 708	0	0	183 708
24	Estado e outros entes públicos	100 238	187		100 425
264	Administração autárquica				
262+263+ 267+ 268	Outros devedores	166 043	3 681	0	169 723
269	Terceiros OT	1 463			1 463
		618 226	248 568	-132 090	734 705

Código Contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
	Títulos negociáveis				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em inst. financeiras	2 615 833	532 418	0	3 148 251
11	Caixa	681	2 500	0	3 181
		2 616 514	534 918	0	3 151 432
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	7 242 085	0	0	7 242 085
272	Custos diferidos	20 922	4 939		25 862
		7 263 007	4 939	0	7 267 946
	Total do ativo	180 953 737	1 036 584	-182 090	181 808 231

Código contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
	FUNDOS PRÓPRIOS				
51	Património	138 230 554	50 000	-50 000	138 230 554
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	20 000	0	0	20 000
56	Reservas de reavaliação	0	0	0	0
	Reservas				
571	Reservas Legais	12 544 287	39 584	-39 584	12 544 287
574	Reservas livres	0	29 635	-29 635	0
575	Subsídios	0	0	0	0
576	Doações	11 500 913	0	0	11 500 913
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0	0	0	0
59	Resultados transitados	-21 403 990	290 824	69 219	-21 043 947
88	Resultado líquido do exercício	-4 397 529	-272 325	0	-4 669 854
		136 494 235	137 718	-50 000	136 581 954
Código contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
	PASSIVO				
292	Provisões para riscos e encargos	4 546 808	157 898	0	4 704 706
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo				
2312	Dívidas a instituições de crédito	6 473 710	0	0	6 473 710
2613	Fornecedores de imobilizado - aquisições a mlp	0	0	0	0
26152	FAM - Fundo de Apoio Municipal	660 177			660 177
		7 133 887	0	0	7 133 887
	Dívidas a terceiros - Curto prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo				
2312	Dívidas inst.crédito (emp. m/l prazo-amort.prox.12 m)	1 994 449	0		1 994 449
221	Fornecedores, c/c	188 298	252 988	-84 676	356 610
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	890 699	0	-10 035	880 664
217	Clientes e utentes c/cauções	121 457	0	0	121 457
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	23 483	0	-20 256	3 228
24	Estado e outros entes públicos	99 098	128 537	0	227 635
264	Administração autárquica	17 124	0	-17 124	0
262+263+267+268	Outros credores	359 633	1 890	0	361 523
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência	620 234	0	0	620 234
26151	FAM - Fundo de Apoio Municipal	220 059			220 059
		4 534 535	383 415	-132 090	4 785 860
	Acréscimos e diferimentos				
273	Acréscimos de custos	1 366 632	333 438	0	1 700 071
274	Proveitos diferidos	26 877 639	24 114	0	26 901 753
		28 244 272	357 553	0	28 601 824
	Total do passivo	44 459 502	898 865	-132 090	45 226 277
	Total dos fundos próprios e do passivo	180 953 737	1 036 584	-182 090	181 808 231

1.4 Demonstração de Resultados Consolidados (Empresas + Ajustamentos)

MUNICÍPIO DE OURÉM
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (Empresas + Ajustamentos)

Ano: 2017

Unidade: Euro

Código de Contas POBAL	Custos e Perdas	Exercício			
		2017			
		Município Ourém	OurémViva	Ajustamentos	Total Consolidado
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0	16 190	0	16 190
	Matérias	455 732	30 193	0	485 925
		455 732	46 383	0	502 115
62	Fornecimentos e serviços externos	10 961 858	1 048 112	-2 091 568	9 918 402
	Custos com o pessoal:				
641 + 642	Remunerações	5 645 050	1 756 951	0	7 402 001
643 a 648	Encargos sociais	1 482 476	676 629	0	2 159 104
		18 089 384	3 481 692	-2 091 568	19 479 508
	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 819 645	0	-736 221	2 083 424
63					
66	Amortizações do exercício	11 400 356	41 477	0	11 441 833
67	Provisões do exercício	802 349	157 898	0	960 247
65	Outros custos e perdas operacionais	271 105	19 152	0	290 257
		33 838 570	3 746 603	-2 827 789	34 757 384
68	Custos e perdas financeiras	165 159	160	0	165 319
		34 003 729	3 746 763	-2 827 789	34 922 703
69	Custos e perdas extraordinárias	1 760 452	18 474	0	1 778 926
		35 764 181	3 765 237	-2 827 789	36 701 629
	Imposto sobre o Rendimento	0	4 402		4 402
		35 764 181	3 769 639	-2 827 789	36 706 031
	Interesses Minoritários	0	0	0	0
88	Resultado líquido do exercício	-4 397 529	-272 325	0	-4 669 854
		31 366 652	3 497 314	-2 827 789	32 036 177
Poveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	2 343	20 660	-3 719	19 284
7112+7113+7114	Vendas de produtos	1 760	0	0	1 760
712	Prestações de serviços	1 303 265	2 737 685	-2 087 848	1 953 101
		1 307 367	2 758 345	-2 091 568	1 974 145
72	Impostos e Taxas	11 217 379	0	0	11 217 379
73	Proveitos suplementares	5 251	3 329	0	8 581
74	Transferências e subsídios obtidos	14 636 217	723 100	-736 221	14 623 096
	Reversões de amortizações	0	5 810	0	5 810
	(B)	27 166 214	3 490 584	-2 827 789	27 829 009
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 803 601	376	0	1 803 977
	(D)	28 969 815	3 490 960	-2 827 789	29 632 987
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 396 837	6 354	0	2 403 191
	(F)	31 366 652	3 497 314	-2 827 789	32 036 177

Resumo:

Resultados operacionais: (B) - (A);	-6 672 355,75	-256 019,06	0,00	-6 928 374,81
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	1 638 442,34	215,82	0,00	1 638 658,16
Resultados correntes: (D) - (C);	-5 033 913,41	-255 803,24	0,00	-5 289 716,65
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	-4 397 528,63	-267 923,23	0,00	-4 665 451,86
Resultado do Exercício (Exer. Int. Minoritários)	-4 397 528,63	-272 324,92	0,00	-4 669 853,55

Órgão executivo

Em ____ de ____ de ____

Órgão deliberativo

Em ____ de ____ de ____

1.5 Fluxos de Caixa Consolidados

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

2017

Município de Ourém

(unidade: euro)

Descrição	Município de Ourém	OURÉMVIVA, EM, SA	TOTAL	Ajustamentos	Grupo Público Consolidado
Saldo da gerência anterior	4 376 390,66 €	791 746,26 €	5 168 136,92 €	0,00 €	5 168 136,92 €
Recebimentos	32 016 804,18 €	3 759 114,97 €	35 775 919,15 €	-2 696 158,40 €	33 079 760,75 €
Pagamentos	33 822 054,10 €	4 015 943,36 €	37 837 997,46 €	-2 696 158,40 €	35 141 839,06 €
Saldo para a gerência seguinte	3 102 949,39 €	534 917,87 €	3 637 867,26 €	0,00 €	3 637 867,26 €
Fluxo líquido do ano	-1 273 441,27 €	-256 828,39 €	-1 530 269,66 €	0,00 €	-1 530 269,66 €

1.6 Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

O nº 3 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (revoga a Lei das Finanças Locais com efeitos a 1 de janeiro de 2014) vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas direta ou indiretamente, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O perímetro de consolidação do Município de Ourém engloba a empresa municipal, OurémViva, E.M. S.A., controlada a 100%.

O Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A moeda utilizada nas Demonstrações Financeiras é a moeda europeia, unidade Euro.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Manual de Consolidação de Contas em vigor no Município de Ourém.

Nota 1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.

a. Denominação, sede e proporção do capital detido, da entidade incluída no perímetro de consolidação:

- OUREMVIVA, E.M. S.A. EM LIQUIDAÇÃO, empresa municipal com sede no Edifício Centro de Negócios de Ourém, Rua Melvin Jones, s/nº - Ourém, detida a 100% pelo Município, que foi objeto de Dissolução, conforme Deliberação da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2017.

O processo de internalização em causa prevê uma implementação faseada, com uma primeira fase em 01 de março de 2018 e, a segunda, em 01 de junho de 2018, tendo em vista garantir a ininterruptabilidade dos serviços prestados.

b. Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- FÁTIPARQUES, S.A., sede na Rua Melvin Jones, Edifício Centro de Negócios de Ourém. A participação do Município é de 25% do Capital Social;
- VALORLIS, S.A., sede no Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros – Leiria. A participação do Município é de 7,67% do Capital Social;
- RIBACARNE, S.A., sede na Zona Industrial de Santa Cita – Tomar. A participação do Município é de 0,70% do Capital Social;
- ÁGUAS DO CENTRO LITORAL - GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL, sede em ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra. A participação do Município é de 1,64% do Capital Social;

- MaisOurém, S.A., sede na Rua Melvin Jones, Edifício Centro de Negócios de Ourém. A participação do Município é de 49% do Capital Social;

Nota 2 - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.

a. Em 31 de dezembro de 2017 não existiam casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

b. No exercício em análise, não existem situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Nota 3 - Informações relativas aos procedimentos de consolidação.

a. Identificação da fundamentação de todos os movimentos extracontabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente, no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Todas as entidades foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido no POCAL, ao qual acrescem as orientações definidas na Orientação n.º 1/2012, publicitada pela Portaria n.º 474/2012, de 1 de julho.

Para efeitos de aplicação deste método, adotou-se o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15, “Investimentos em

subsidiárias e consolidação”, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade deste subsector (ponto 9.6, da alínea b) da Orientação n.º 1/2012 (Portaria n.º 474/2012, de 15 de junho).

No que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação, a NCRF 15 remete para a NCRF 14 “Concentrações de atividades empresariais”, publicada também através do referido Aviso, e da qual resultam que os valores contabilísticos das participações no capital estatutário/social das entidades de natureza empresarial compreendidas na consolidação são compensados pela proporção que representam nos capitais próprios dessas entidades. Essa compensação foi efetuada com base nos respetivos valores contabilísticos à data do início do exercício em que tais entidades foram incluídas pela primeira vez na consolidação.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio e os resultados das entidades incluídas na consolidação como se se tratasse de uma única entidade, tendo sido eliminadas, nomeadamente, as seguintes operações internas:

- Os créditos/dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efetuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- As operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os resultados provenientes das operações efetuadas entre as entidades compreendidas na consolidação.

b. Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Dado que a empresa foi constituída pelo próprio Município de Ourém (e não adquiridas) não há lugar ao cálculo de diferenças de consolidação.

c. Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d. Não foi utilizada a faculdade prevista no ponto IV) da alínea a) do item do Manual de Consolidação, invocada apenas se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;

e. Entre a data do balanço do Município e a data do balanço consolidado não ocorreram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

f. Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

No decurso do exercício de 2017 as entidades que compõem o perímetro de consolidação, são o Município de Ourém e a empresa municipal Ourémviva, EM, SA, deste modo não se verifica qualquer impacto na comparabilidade dos elementos de 2017, com o exercício anterior.

g. Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável.

h. Não ocorreram casos excecionais relacionados com a utilização da faculdade prevista na alínea b) do item 8.3 do Manual de Consolidação;

i. A opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial é a de contabilização pelo custo histórico, não tendo sido efetuados qualquer reconhecimento de equivalências patrimoniais.

Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos.

a. Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazos					
Município de Ourém				Ano: 2017	(unidade: euro)
Código/ designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/ longo prazos b)			Eliminação de créditos/ dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município de Ourém	OURÉM VIVA, EM, SA	TOTAL		
2312 - Dívidas a instituições de crédito	6 473 709,97 €	- €	6 473 709,97 €	- €	6 473 709,97 €
2613 - Fornecedores de imobilizado Aq. MLP	- €	- €	- €	- €	- €
2615 - Fundo de Apoio Municipal	660 176,98 €	- €	660 176,98 €	- €	660 176,98 €
Total	7 133 886,95 €	- €	7 133 886,95 €	- €	7 133 886,95 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

5. Informações relativas a compromissos:

a. Montante global dos compromissos financeiros que não configurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Compromissos Exercícios Futuros

uni: euro

Ano	Município de Ourém	Ourémviva EEM	Grupo Público Consolidado
2018	8 383 822,37	0,00	8 383 822,37
2019	2 247 562,73	0,00	2 247 562,73
2020	2 044 363,58	0,00	2 044 363,58
Seguintes	3 728 422,69	0,00	3 728 422,69
TOTAL	16 404 171,37	0,00	16 404 171,37

b. Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando as garantias reais, com indicação da norma habilitante.

Não aplicável.

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros.

a. Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo.

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Município de Ourém

Ano: 2017
(unidade: euro)

Tipo de fluxos	Município de Ourém / OURÉM VIVA, EM, SA									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências		736 220,61€		736 220,61€	0,00 €					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais	460,00 €	2 091 567,98 €		1 959 937,79 €	132 090,19 €					
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	460,00 €	2 827 788,59 €	0,00 €	2 696 158,40 €	132 090,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas.

a. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Não foram efetuados quaisquer ajustamentos por eventuais existências de diferentes critérios de valorimetria, nomeadamente do que diz respeito a amortizações, aos ajustamentos e às provisões, mantendo-se os critérios utilizados pelas diferentes entidades, por se considerarem com critérios homogéneos e/ou com impacto imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

8. Informações relativas a determinadas rubricas.

a. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;

- Das duas entidades abrangidas pelo perímetro da consolidação, apenas o Município de Ourém apresenta valores nesta rubrica, sendo este valor reportado, nomeadamente, ao Plano Pormenor entre a Avenida Papa João XXIII e a Avenida D. José Alves Correia da Silva, Projeto de variante em Fátima (Rotunda da Eira da Pedra e Av.^a Papa João XXIII), Projeto de drenagem de águas pluviais em Fátima, Plano Pormenor da Zona Industrial de Ourém, Plano Pormenor da Zona Industrial de Caxarias, Plano Pormenor da Zona Industrial de Freixianda e Plano Diretor Municipal.

b. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

 Ativo imobilizado bruto **Município de Ourém**

						2017
						(unidade: euro)
Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reavaliação Ajustamentos	Adições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final Dez-2017
Bens de domínio Público						
Terrenos e recursos naturais	6 824 256		5 280		5 986	6 835 522
Outras Const. e Infra-estruturas	187 766 867	34	59 768			187 826 669
Bens do pat.hist. Art. e cultural	65 130		15 500		49 765	130 395
Outros bens de dom. público	21 489					21 489
Imobilizações em curso	1 188 778	9 906	5 896 810			7 095 495
Sub - Total	195 866 521	9 940	5 977 359	0	55 751	201 909 570
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	53 628					53 628
Despesas de investigação e desenvolvimento	981 105	-2 776				978 328
Propriedade industrial e outros direitos	460 495	12 501	9 414			482 409
Imobilizações em curso	1 756 791		314 188			2 070 979
Sub - Total	3 252 019	9 724	323 602	0	0	3 585 345
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	16 462 612	42 810	5 986	83 210	-5 986	16 422 212
Edifícios e outras construções	66 962 499	18 042	25 952		522 836	67 529 329
Equipamento básico	3 019 619	90	49 602		74 875	3 144 186
Equipamento de transporte	2 692 933	15	7 869	87 307	3 461	2 616 970
Ferramentas e utensílios	38 028	11	5 678			43 717
Equipamento administrativo	1 558 229	279	148 642		-32 187	1 674 964
Taras e vasilhame	350					350
Outras imobilizações corpóreas	2 655 179	156	82 844		-303	2 737 874
Imobilizações em curso	621 203	14 085	652 733		-652 495	635 526
Sub - Total	94 010 652	75 487	979 306	170 517	-89 799	94 805 128
De investimentos financeiros						
Partes de capital	558 070					558 070
Obrigações e títulos de participação	1 540 413					1 540 413
Edifícios e outras construções	1 607 742					1 607 742
Sub - Total	3 706 225	0	0	0	0	3 706 225
Total	296 835 416	95 151	7 280 266	170 517	-34 049	304 006 268

OURÉMVIVA, EM, SA

Ativo imobilizado bruto

						2017
						(unidade: euro)
Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reavaliação Ajustamentos	Adições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final Dez-2017
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	39 235					39 235
Edifícios e outras construções	117 706		8 056			125 762
Equipamento básico	142 730		30 964			173 695
Equipamento de transporte	103 547			4 489		99 058
Equipamento administrativo	53 272		2 081			55 352
Ferramentas e utensílios	39 882		1 383			41 265
Outras imobilizações corpóreas	152 111					152 111
Sub - Total	648 483	0	42 484	4 489	0	686 478
De imobilizações incorpóreas						
Programas de computadores	13 588					13 588
Sub - Total	13 588	0	0	0	0	13 588
De investimentos financeiros						
Partes de capital	500					500
Outros investimentos financeiros	0		124			124
Sub - Total	500	0	124	0	0	624
Total	662 572	0	42 608	4 489	0	700 691

Total do activo imobilizado bruto consolidado

Ativo imobilizado bruto - consolidado

2017

(unidade: euro)

Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reavaliação Ajustamentos	Adições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final Dez- 2017
Bens de domínio Público						0
Terrenos e recursos naturais	6 824 256	0	5 280	0	5 986	6 835 522
Outras Const. e Infra-estruturas	187 766 867	34	59 768	0	0	187 826 669
Bens do pat.hist. Art. e cultural	65 130	0	15 500	0	49 765	130 395
Outros bens de dom. público	21 489	0	0	0	0	21 489
Imobilizações em curso	1 188 778	9 906	5 896 810	0	0	7 095 495
Sub - Total	195 866 521	9 940	5 977 359	0	55 751	201 909 570
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	53 628	0	0	0	0	53 628
Despesas de investigação e desenvolvimento	981 105	-2 776	0	0	0	978 328
Propriedade industrial e outros direitos	460 495	12 501	9 414	0	0	482 409
Programas de computadores	13 588	0	0	0	0	13 588
Imobilizações em curso	1 756 791	0	314 188	0	0	2 070 979
Sub - Total	3 265 607	9 724	323 602	0	0	3 598 933
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	16 501 847	42 810	5 986	83 210	-5 986	16 461 447
Edifícios e outras construções	67 080 205	18 042	34 008	0	522 836	67 655 092
Equipamento básico	3 162 349	90	80 567	0	74 875	3 317 881
Equipamento de transporte	2 796 480	15	7 869	91 796	3 461	2 716 028
Ferramentas e utensílios	77 910	11	7 061	0	0	84 981
Equipamento administrativo	1 611 501	279	150 723	0	-32 187	1 730 316
Taras e vasilhame	350	0	0	0	0	350
Outras imobilizações corpóreas	2 807 290	156	82 844	0	-303	2 889 985
Imobilizações em curso	621 203	14 085	652 733	0	-652 495	635 526
Sub - Total	94 659 135	75 487	1 021 790	175 006	-89 799	95 491 606
De investimentos financeiros						
Partes de capital	558 570	0	0	0	0	558 570
Obrigações e títulos de participação	1 540 413	0	0	0	0	1 540 413
Edifícios e outras construções	1 607 742	0	0	0	0	1 607 742
Outros investimentos financeiros	0	0	124	0	0	124
Sub - Total	3 706 725	0	124	0	0	3 706 849
Total	297 497 988	95 151	7 322 875	175 006	-34 049	304 706 959

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Município de Ourém

Amortizações e provisões

2017

(unidade: euro)

Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reforço	Regularizações	Saldo Final Dez-2017
Bens de domínio Público				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Outras Const. e Infra-esfstruturas	107 884 965	9 637 088		117 522 053
Bens do pat.hist. Art. e cultural	644	877		1 521
Outros bens de dom. público	16 023	420		16 443
Imobilizações em curso	0			0
Sub - Total	107 901 633	9 638 385	0	117 540 018
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	11 916	17 874		29 790
Despesas de investigação e desenvolvimento	981 105			981 105
Propriedade industrial e outros direitos	273 643	84 949		358 591
Imobilizações em curso	0			0
Sub - Total	1 266 664	102 823	0	1 369 486
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	9 959 226	1 074 366		11 033 592
Equipamento básico	2 747 783	74 433	5 019	2 817 196
Equipamento de transporte	2 433 564	118 110	85 658	2 466 016
Ferramentas e utensílios	27 510	3 100		30 610
Equipamento administrativo	1 360 183	96 931	32 187	1 424 927
Taras e vasilhame	350			350
Outras imobilizações corpóreas	1 555 509	292 209	251	1 847 467
Imobilizações em curso	0			0
Sub - Total	18 084 125	1 659 148	123 115	19 620 158
De investimentos em imóveis				
Edifícios e outras construções	200 309	21 362		221 672
Sub - Total	200 309	21 362	0	221 672
Total	127 452 730	11 421 719	123 115	138 751 333

OURÉMVIVA, EM, SA

Amortizações e provisões

2017

(unidade: euro)

Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reforço	Regularizações	Saldo Final Dez-2017
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	29 917	6 187		36 104
Equipamento básico	82 593	16 463		99 057
Equipamento de transporte	100 058	2 363	4 489	97 932
Equipamento administrativo	48 382	2 179		50 562
Ferramentas e utensílios	39 882	173		40 054
Outras imobilizações corpóreas	150 595	1 278		151 873
Sub - Total	451 428	28 644	4 489	475 582
De imobilizações incorpóreas				
Programas de computadores	755	12 834		13 588
Sub - Total	755	12 834	0	13 588
Total	452 183	41 477	4 489	489 171

Total de depreciações de ativo imobilizado consolidado

Amortizações e provisões

2017

(unidade: euro)

Descrição	Saldo inicial Jan-2017	Reforço	Regularizações	Saldo Final Dez-2017
Bens de domínio Público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Outras Const. e Infra-estruturas	107 884 965	9 637 088	0	117 522 053
Bens do pat.hist. Art. e cultural	644	877	0	1 521
Outros bens de dom. público	16 023	420	0	16 443
Imobilizações em curso	0	0	0	0
Sub - Total	107 901 633	9 638 385	0	117 540 018
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	11 916	17 874	0	29 790
Despesas de investigação e desenvolvimento	981 105	0	0	981 105
Propriedade industrial e outros direitos	273 643	84 949	0	358 591
Programas de computadores	755	12 834	0	13 588
Imobilizações em curso	0	0	0	0
Sub - Total	1 267 418	115 656	0	1 383 075
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	9 989 143	1 080 554	0	11 069 697
Equipamento básico	2 830 376	90 896	5 019	2 916 253
Equipamento de transporte	2 533 622	120 472	90 147	2 563 947
Ferramentas e utensílios	67 392	3 273	0	70 665
Equipamento administrativo	1 408 565	99 110	32 187	1 475 489
Taras e vasilhame	350	0	0	350
Outras imobilizações corpóreas	1 706 104	293 487	251	1 999 340
Imobilizações em curso	0	0	0	0
Sub - Total	18 535 553	1 687 792	127 605	20 095 740
De investimentos em imóveis				
Edifícios e outras construções	200 309	21 362	0	221 672
Sub - Total	200 309	21 362	0	221 672
Total	127 904 913	11 463 196	127 605	139 240 504

c. Não foram suportados custos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

d. Montante de ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não existiram ajustamentos a ativos abrangidos na consolidação objeto de amortizações e de provisões extraordinárias.

e. Indicação global, por categoria de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não existem diferenças materialmente relevantes.

f. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.

g. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes da flutuação de valor;

Não aplicável.

h. Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

i. Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

j. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Vendas e Prestação de serviços consolidadas

				2017
				(unidade: euro)
Descrição	Município de Ourém	OURÉMVIVA, EM, SA	Ajustamentos	Total
Vendas	4 102,81 €	20 660,49 €	-7 251,52 €	17 511,78 €
P. Serviços	1 303 264,62 €	2 737 684,65 €	-2 084 316,46 €	1 956 632,81 €
Total	1 307 367,43 €	2 758 345,14 €	-2 091 567,98 €	1 974 144,59 €

k. Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultante de critérios de valorimetria não previstos no presente manual e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuadas com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para determinação de impostos futuros;

Não aplicável.

m. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de

fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações órgãos sociais

2017			
(unidade: euro)			
Descrição	Município de Ourém	OURÉMVIVA, EM, SA	Total
Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização	172 490,23 €	37 032,35 €	209 522,58 €
Total	172 490,23 €	37 032,35 €	209 522,58 €

n. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não ocorreram reavaliações de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros;

o. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não ocorreram reavaliações.

p. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

q. Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Demonstração de Resultados Financeiros - CMO

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	137 890,00 €	98 154,99 €	781	Juros obtidos	1536,00 €	0,00 €
682	Perdas em entidades participadas	0,00 €	0,00 €	782	Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	21362,38 €	21362,38 €	783	Rendimentos de imóveis	1767 461,00 €	1738 518,69 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	784	Rendimentos de participações de capital	34 604,00 €	86 907,00 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00 €	0,00 €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	0,00 €
688	Outros custos e perdas financeiros	5 906,47 €	5 441,05 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
	Resultados Financeiros	1638 442,15 €	1700 467,27 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,00 €
		1803 601,00 €	1825 425,69 €			1803 601,00 €	1825 425,69 €

Demonstração de Resultados Financeiros - OurémViva

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	63,00 €	520,97 €	781	Juros obtidos	376,12 €	537,97 €
682	Perdas em entidades participadas	0,00 €	0,00 €	782	Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	783	Rendimentos de imóveis	0,00 €	0,00 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	784	Rendimentos de participações de capital	0,00 €	0,00 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00 €	0,00 €
686	Descontos de pronto pagamento concedidos	97,30 €	0,00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	35,85 €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	0,00 €
688	Outros custos e perdas financeiros	0,00 €	0,00 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
	Resultados Financeiros	215,82 €	52,85 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,00 €
		376,12 €	573,82 €			376,12 €	573,82 €

Demonstração de Resultados Financeiros - Consolidado

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	137 953,00 €	98 675,96 €	781	Juros obtidos	1912,12 €	537,97 €
682	Perdas em entidades participadas	0,00 €	0,00 €	782	Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	21362,38 €	21362,38 €	783	Rendimentos de imóveis	1767 461,00 €	1738 518,69 €
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	784	Rendimentos de participações de capital	34 604,00 €	86 907,00 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00 €	0,00 €
686	Descontos de pronto pagamento concedidos	97,30 €	0,00 €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	35,85 €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €
688	Outros custos e perdas financeiros	5 906,47 €	5 441,05 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Resultados Financeiros	1638 657,97 €	1700 520,12 €				
		1803 977,12 €	1825 999,51 €			1803 977,12 €	1825 999,51 €

r. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Demonstração de Resultados Extraordinários - CMO

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1444 489,37 €	1204 153,50 €	791	Restituições de impostos	0,00 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	29 945,78 €	655 772,70 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
693	Perdas em existências	27 303,58 €	2 629,97 €	793	Ganhos em existências	7 488,32 €	60 120 €
694	Perdas em imobilizações	2 720,13 €	11,25 €	794	Ganhos em imobilizações	8 990,22 €	5 307,11 €
695	Multas e penalidades	9 955,29 €	162 839,09 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	35 759,22 €	98 112,44 €
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €	796	Reduções de amortizações e provisões	23 715,67 €	914 994,85 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	245 283,15 €	1022 927,95 €	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	370 107,85 €	604 271,83 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	754,78 €	80,00 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1950 775,58 €	1645 071,58 €
	Resultados extraordinários	636 384,78 €	219 944,55 €				
		2 396 836,86 €	3 268 359,01 €			2 396 836,86 €	3 268 359,01 €

Demonstração de Resultados Extraordinários - OurémViva

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	0,00 €	0,00 €	791	Restituições de impostos	3 502,85 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	13 177,12 €	0,00 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
693	Perdas em existências	4 192,66 €	287,00 €	793	Ganhos em existências	1297,60 €	0,00 €
694	Perdas em imobilizações	0,00 €	0,00 €	794	Ganhos em imobilizações	203,25 €	0,00 €
695	Multas e penalidades	478,14 €	540,00 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00 €	0,00 €
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	625,77 €	401,60 €	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	1320,72 €	1465,86 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00 €	0,00 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	29,28 €	33,21 €
	Resultados extraordinários	-12 119,99 €	270,47 €				
		6 353,70 €	1499,07 €			6 353,70 €	1499,07 €

Demonstração de Resultados Extraordinários - Consolidado

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1444 489,37 €	1204 153,50 €	791	Restituições de impostos	3 502,85 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	43 122,90 €	655 772,70 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
693	Perdas em existências	31496,24 €	2 916,97 €	793	Ganhos em existências	8 785,92 €	60 120 €
694	Perdas em imobilizações	2 720,13 €	11,25 €	794	Ganhos em imobilizações	9 193,47 €	5 307,11 €
695	Multas e penalidades	10 433,43 €	163 379,09 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	35 759,22 €	98 112,44 €
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €	796	Reduções de amortizações e provisões	23 715,67 €	914 994,85 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	245 908,92 €	1023 329,55 €	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	371428,57 €	605 737,69 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	754,78 €	80,00 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1950 804,86 €	1645 104,79 €
	Resultados extraordinários	624 264,79 €	220 215,02 €				
		2 403 190,56 €	3 269 858,08 €			2 403 190,56 €	3 269 858,08 €

s. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

MAPA DE PROVISÕES CONSOLIDADAS

Município de Ourém										2017 (unidade: euro)
Designação das contas a)	Provisões b)								TOTAL	Grupo público consolidado
	Município de Ourém				OURÉMVIVA, EM, SA					
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final		
Provisões para Aplicações de Tesouraria									0,00	0,00
Provisões para Cobranças Duvidosas	1 026 783,33	17 164,29	23 715,67	1 020 231,95	189 808,56	13 177,12	5 809,76	197 175,92	1 217 407,87	1 217 407,87
Provisões para Riscos e Encargos	2 449 710,18	520 345,14		2 970 055,32	0,00	157 897,92		157 897,92	3 127 953,24	3 127 953,24
Provisões para Outros Riscos e Encargos		1 576 752,67		1 576 752,67					1 576 752,67	1 576 752,67
Provisões para Investimentos Financeiros									0,00	0,00
TOTAL	3 476 493,51	2 114 262,10	23 715,67	5 567 039,94	189 808,56	171 075,04	5 809,76	355 073,84	5 922 113,78	5 922 113,78

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às provisões.
b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

t. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Ourémviva, EM, SA

Bens locação financeira	Ano aquisição	Valor de aquisição	Quantia escriturada líquida	Rendas do período
Prédio Urbano / Terreno	Dez-11	156.941,77	0	14.983,62
Total		156.941,77	0	14.983,62

u. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Ourémviva, EM, SA

Bens locação financeira	Ano de aquisição	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Prédio Urbano / Terreno	Dez-11	127.024,74	29.917,03	97.107,71
Total		127.024,74	29.917,03	97.107,71

v. Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas.

a. Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não existem.

b. Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Em 27 dezembro de 2017, a assembleia municipal deliberou a dissolução da empresa do setor empresarial local OurémViva, tendo por referência o disposto na recomendação do Tribunal de Contas, constante no seu relatório de auditoria n.º 2/2016 – 1.ª Secção e em observância ao n.º 2, do artigo 61.º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais).

Neste âmbito, salienta-se que a implementação das áreas previstas na 1.ª fase, ocorreu no dia 1 de março de 2018 e a 2.ª fase, em 1 de junho.

c. As entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, asseguraram a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

1.7 Manual de Consolidação das Contas do Município com as Empresas Municipais

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Maio de 2011

Índice

Enquadramento	2
1. Princípios contabilísticos	4
2. Plano de contas	6
3. Cronograma de ações	11
4. Regras relativas à definição do perímetro de consolidação	11
5. Organigrama do grupo objeto de consolidação	12
6. Métodos de consolidação	13
7. Instruções para cada entidade que integre o perímetro de consolidação	14
8. Homogeneização da informação, agregação de dados e eliminação das operações internas	14
8.1 Homogeneização prévia da informação	15
8.2 Agregação de dados	16
8.3 Eliminação das operações internas	16
9. Processo de confirmação das contas e operações recíprocas	17
10. Estrutura e conteúdo de documentos-síntese de informação e controlo	17
10.1 Balanço Consolidado	17
10.2 Demonstração de Resultados	19
10.3 Anexo às Demonstrações Financeiras	20
11. Disposições finais	27

Enquadramento

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), prevê no artigo 46.º, a obrigatoriedade dos Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, de procederem à elaboração de contas consolidadas, referindo que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta matéria.

Consequentemente, surgiu a orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, intitulada de “*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”, cujo âmbito de aplicação inclui os Municípios. De salientar que, em adenda à referida Portaria, o SATAPOCAL (subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL), atento à especificidade inerente ao plano contabilístico setorial aplicado pelas autarquias locais, elaborou, em 28 de Abril de 2011, um conjunto de instruções, a observar pelos municípios, designadamente, no âmbito do exercício de 2010.

De facto, torna-se evidente que a crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza (nomeadamente empresarial), que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, tornam manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por cada uma das entidades, circunstância que impede uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, por um lado, a tomada de decisão dos gestores municipais e, por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Face ao disposto, a consolidação de contas surge como uma ação fundamental, tendo como primordial objetivo incrementar a qualidade da informação contabilística prestada pela administração local, os quais se podem traduzir em ganhos obtidos ao nível da gestão municipal, da apreciação e mensuração do peso económico e

financeiro da autarquia local, o que permitirá a realização de comparações fiáveis quer em termos evolutivos quer com outras entidades.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo a elaboração das demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, configurando-as como uma única, almejando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Consequentemente, além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, acresce ainda a apresentação de contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.

Em observância ao exposto deverão ser dispostas demonstrações financeiras consolidadas, as quais constituem um todo do grupo municipal e serão complemento às demonstrações financeiras de cada entidade, compreendendo obrigatoriamente os seguintes documentos:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada, por natureza;
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidado, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.

Complementarmente, deverá ser elaborado um Relatório de Gestão Consolidado, descrevendo o estado e a evolução da actividade do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, devendo seguir a estrutura prevista no ponto 13 do POCAL, dando especial relevo aos seguintes aspectos:

- Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação;
- Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à actividade autárquica;
- Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação;

- Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.

O presente documento, designado por Manual de Consolidação de Contas, constitui um guia prático de consolidação contendo as normas, os princípios e os procedimentos preconizados para o Grupo Municipal de Consolidação do Município de Ourém, a aprovar superiormente pelo Órgão Executivo.

1. Princípios contabilísticos

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pelo Município de Ourém, nomeadamente os previstos no POCAL, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, publicitados pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, designadamente:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Comparabilidade;
- Representação fidedigna.

Relevância e Materialidade:

A informação é tanto mais relevante quanto maior for a sua utilidade para a tomada de decisão. A relevância da informação, é, assim, aferida pela capacidade que tem de influenciar as decisões dos seus utentes. A natureza e a materialidade da informação são fatores que determinam a sua relevância. Há casos em que a natureza é, por si só, suficiente para determinar a relevância da informação, há outros em que a relevância depende da combinação daqueles factores. Quando à omissão ou inexatidão da informação influenciar as decisões dos utentes, encontrando-se estas suportadas pelas demonstrações financeiras consolidadas, a informação é materialmente relevante. A materialidade depende da omissão ou da inexatidão, avaliadas em face das circunstâncias particulares em que ocorrem.

Fiabilidade:

As demonstrações financeiras consolidadas devem conter a informação isenta de erros e, assim, proporcionar aos seus utentes uma representação fiável do que se espera que estas representem.

Neutralidade:

Pretende-se que as demonstrações financeiras consolidadas contenham informação imparcial, ou seja, esteja isenta de preconceitos. Significa que a informação deve, por via da sua apresentação ou da sua seleção, induzir os utentes na tomada de decisão ou na constituição de juízos de valor em benefício de objetivos predefinidos.

Plenitude:

A informação constante das demonstrações financeiras consolidadas deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e do custo da sua apresentação. A plenitude constitui, assim, um princípio fundamental para que a informação se possa considerar fiável, no sentido em que uma omissão poderia enviesar a respetiva leitura, tornando-a falsa ou enganadora.

Comparabilidade:

A informação deve ser devidamente estruturada, respeitando as normas aplicáveis, de forma a permitir a comparação, quer com as demonstrações financeiras consolidadas de períodos anteriores do grupo público, devendo por isso apresentar a informação correspondente dos períodos precedentes, quer com as demonstrações financeiras consolidadas de outros grupos nacionais e internacionais. O aperfeiçoar da comparabilidade da informação interperíodos ajuda os utentes a tomar decisões, sobretudo porque lhes permite avaliar as tendências na informação financeira de um grupo para finalidades de previsão. Assim, os utentes devem estar informados das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos dessas alterações.

Representação Fidedigna:

A informação contabilística constante das demonstrações financeiras consolidadas do grupo público deve representar fidedignamente os factos ocorridos no período a que respeita. No caso de existirem dificuldades intrínsecas ao processo de identificação e valorização dos factos patrimoniais deve ser relevante divulgar o risco de erro inerente.

2. Plano de contas

Atendendo ao princípio da homogeneização das contas do Grupo Municipal de Consolidação, aplicar-se-á para as contas a consolidar, o seguinte Plano de Contas:

Classe 1	Disponibilidades
11	Caixa
111	Caixa A - Tesouraria
118	Fundo Maneio
12	Depósitos em instituições financeiras
Classe 2	Terceiros
21	Clientes, contribuintes e utentes
211	Clientes, c/c
212	Contribuintes, c/c
213	Utentes, c/c
217	Clientes e utentes c/ cauções
218	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa
22	Fornecedores
221	Fornecedores, c/c
228	Fornecedores-Faturas em receção e conferência
23	Empréstimos obtidos
231	Em moeda nacional
2311	De curto prazo
2312	De médio e longo prazo
24	Estado e outros entes públicos
241	Estado e outros entes públicos
242	Retenção de impostos sobre rendimentos
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)
2431	IVA Suportado
2432	IVA Dedutível
2433	IVA Liquidado
2434	IVA Regularizações
2435	IVA Apuramento
2436	IVA a Pagar

2437	IVA a Recuperar
2438	IVA Reembolsos Pedidos
2439	IVA Liquidações Oficiosas
244	Restantes Impostos
245	Contribuições para a Segurança Social
249	Outras Contribuições
25	Devedores e credores pela execução do orçamento
251	Devedores pela execução do orçamento
252	Credores pela execução do orçamento
26	Outros devedores e credores
261	Fornecedores de imobilizado
2611	Fornecedores de imobilizado c/c
2612	Fornecedores de imobilizado – locação financeira
2613	Fornecedores de imobilizado – aq. mlp
2618	Fornecedores - faturas em receção e conferência
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado
262	Pessoal
2621	Remunerações a pagar membros órgãos autárquicos
2622	Remunerações a pagar ao pessoal
2623	Adiantamentos aos membros dos órgãos autárquicos
2624	Adiantamentos ao pessoal
2626	Cauções do pessoal
2628	Outras operações com os membros autárquicos
2629	Outras operações com o pessoal
263	Sindicatos
264	Administração autárquica
267	Consultores, assessores e intermediários
268	Devedores e credores diversos
269	Adiantamento por conta de vendas
27	Acréscimos e diferimentos
271	Acréscimos de proveitos
272	Custos diferidos
273	Acréscimos de custos
274	Proveitos diferidos
29	Provisões
291	Para cobranças duvidosas
292	Para riscos e encargos
3	Existências
31	Compras
316	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
361	Matérias-primas, subsidiárias e materiais diversos
362	Matérias Subsidiárias
363	Materiais diversos
364	Embalagens de consumo
365	Consumos para máquinas e viaturas
368	Material de Consumo Interno
37	Adiantamentos por conta de compras
372	Mercadorias
376	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

38	Regularizações de existências
382	Mercadorias
383	Produtos acabados e intermédios
384	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
386	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
39	Provisões para depreciação de existências
Classe 4	Imobilizações
41	Investimentos financeiros
411	Partes de capital
412	Obrigações e títulos de participação
414	Investimentos em imóveis
415	Outras aplicações financeiras
42	Imobilizações corpóreas
421	Terrenos e recursos naturais
422	Edifícios e outras construções
423	Equipamento básico
424	Equipamento transporte
425	Ferramentas e utensílios
426	Equipamento administrativo
427	Taras e vasilhame
429	Outras imobilizações corpóreas
43	Imobilizações incorpóreas
431	Despesas de instalação
432	Despesas de investigação e desenvolvimento
433	Propriedade industrial e outros direitos
44	Imobilizações em curso
441	Imobilizações em curso investimentos financeiros
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas
443	Imobilizações em curso imobilizações incorpóreas
445	Imobilizações em curso bens de domínio público
45	Bens de domínio público
451	Terrenos e recursos naturais
452	Edifícios
453	Outras construções e infraestruturas
455	Bens do património histórico, artístico e cultural
459	Outros bens de domínio público
48	Amortizações acumuladas
481	De investimentos em imóveis
482	De imobilizações corpóreas
483	De imobilizações incorpóreas
485	De bens de domínio público
49	Provisões para investimentos financeiros
Classe 5	Fundo patrimonial
51	Património
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas
56	Reservas de avaliação
57	Reservas
59	Resultados transitados
Classe 6	Custos e perdas
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas

612	Mercadorias
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
62	Fornecimentos e serviços externos
621	Subcontratos
622	Fornecimentos e serviços
62211	Eletricidade
62212	Combustíveis
62213	Água
62216	Livros e documentação técnica
62217	Material de escritório
62218	Artigos para oferta
62219	Rendas e alugueres
62221	Despesas de representação
62222	Comunicação
62223	Seguros
62224	Royalties
62227	Deslocações e estadas
62228	Comissões
62231	Contencioso e notariado
62232	Conservação e reparação
62233	Publicidade e propaganda
62234	Limpeza, higiene e conforto
62235	Vigilância e segurança
62236	Trabalhos especializados
62239	Artigos honoríficos e de decoração
62240	Material de educação, cultura e recreio
62241	Formação
62243	Exploração e manutenção de ETAR's
62244	Recolha, transporte e tratamento de RSU's
62245	Transportes Escolares
62247	Serviços de saúde
62249	Recolha domiciliária de efluentes
62250	Manutenção das redes de saneamento
62253	Limpeza de terrenos e de lixeiras ilegais
62254	Retenção dos Fundos pela DGAL, CCDR e GAT
62255	Limpeza urbana
62256	Fornecimento de refeições
62258	Acordos de prolongamento de horário
62290	Encargos de cobrança
62298	Outros fornecimentos e serviços
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais
631	Transferências correntes concedidas
632	Subsídios correntes concedidos
633	Prestações sociais
64	Custos com o pessoal
641	Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos
642	Remunerações do pessoal
643	Pensões
645	Encargos sobre remunerações
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais

648	Outros custos com o pessoal
65	Outros custos e perdas operacionais
651	Impostos e taxas
652	Quotizações
658	Outros custos e perdas operacionais
66	Amortizações do exercício
67	Provisões do exercício
671	Para cobranças duvidosas
672	Para riscos e encargos
68	Custos e perdas financeiros
681	Juros suportados
682	Perdas em entidades participadas
683	Amortizações de investimentos em imóveis
684	Provisões para aplicações financeiras
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria
688	Outros custos e perdas financeiros
69	Custos e perdas extraordinários
691	Transferências de capital concedidas
692	Dívidas incobráveis
693	Perdas em existências
694	Perdas em imobilizações
695	Multas e penalidades
696	Aumentos de amortizações e de provisões
697	Correções relativas a exercícios anteriores
698	Outros custos e perdas extraordinários

Classe 7**Proveitos e ganhos**

71	Vendas e prestações de serviços
711	Vendas
712	Prestações de serviços
715	Reembolsos, restituições e anulações (outros)
72	Impostos e taxas
721	Impostos diretos
722	Impostos indiretos
724	Taxas
725	Reembolsos e restituições
726	Anulações
73	Proveitos suplementares
74	Transferências e subsídios obtidos
742	Transferências obtidas
743	Subsídios correntes obtidos
75	Trabalhos para a própria entidade
751	Investimentos financeiros
752	Imobilizações corpóreas
753	Imobilizações incorpóreas
754	Imobilizações em curso
755	Bens do domínio público
756	Custos diferidos
76	Outros proveitos e ganhos operacionais
78	Proveitos e ganhos financeiros

781	Juros obtidos
782	Ganhos em entidades participadas
783	Rendimentos de imóveis
784	Rendimentos de participações de capital
785	Diferenças de câmbio favoráveis
786	Descontos de pronto pagamento obtidos
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria
788	Outros proveitos e ganhos financeiros
79	Proveitos e ganhos extraordinários
791	Restituição de impostos
792	Recuperação de dívidas
793	Ganhos em existências
794	Ganhos em imobilizações
795	Benefícios de penalidades contratuais
796	Reduções de amortizações e provisões
797	Correcções relativas a exercícios anteriores
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários
Classe 8	Resultados
81	Resultados operacionais
82	Resultados financeiros
83	Resultados correntes
84	Resultados extraordinários
88	Resultado líquido do exercício

3. Cronograma de acções

Quadro – Cronograma de acções no âmbito da Consolidação de Contas

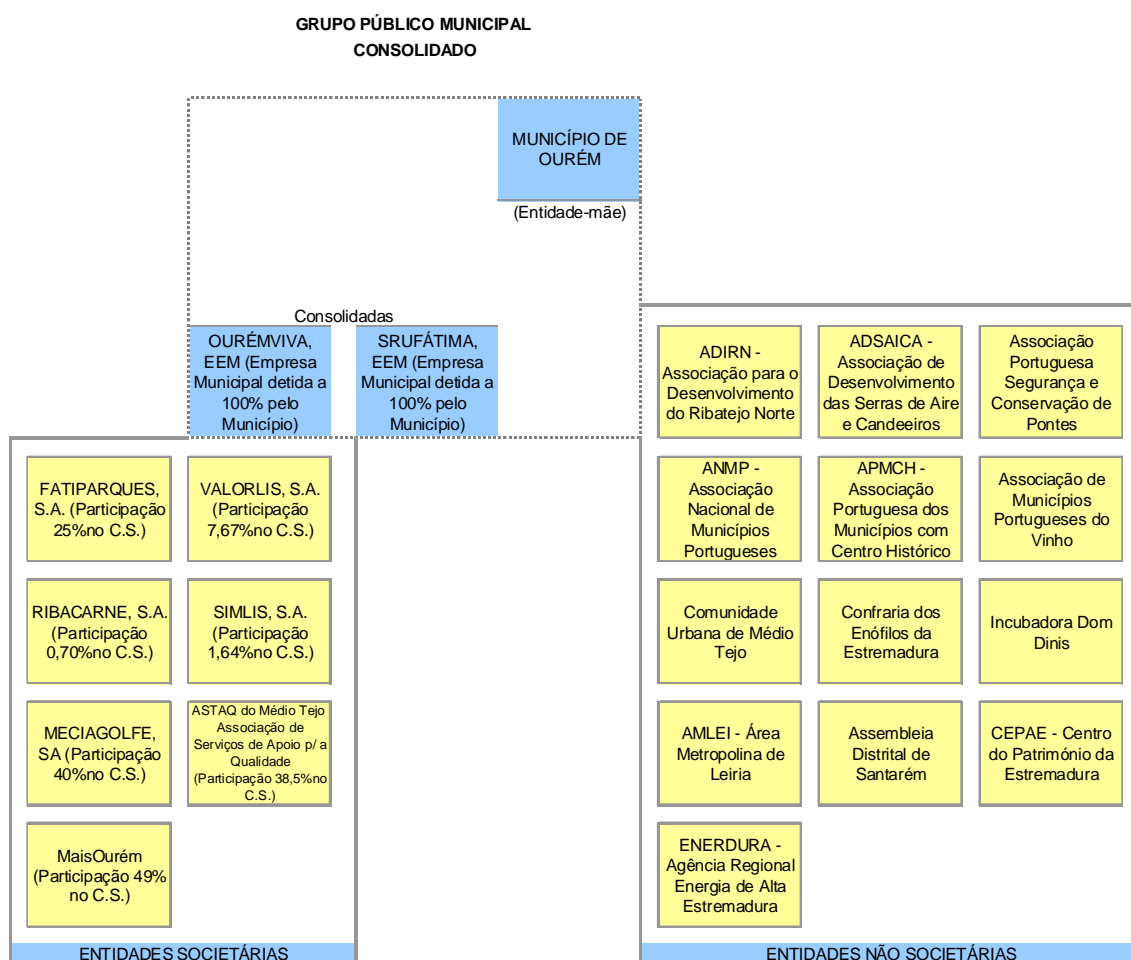
Cronograma de Acções	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
1. Elaboração do dossier de consolidação	■				
2. Confirmação de contas e operações intra-grupo		■			
3. Reconciliação de contas e operações intra-grupo		■			
4. Elaboração provisória das contas consolidadas		■			
5. Elaboração definitiva das contas consolidadas			■		
6. Aprovação das contas pela Assembleia Municipal e remessa ao Tribunal de Contas				■	
7. Publicidade das contas, via internet					■

Excecionalmente, e de acordo com as orientações da DGAL, a prestação de contas consolidadas relativa ao ano económico de 2010, far-se-á até 30 de Junho de 2011.

4. Regras relativas à definição do perímetro de consolidação

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município integra as entidades de natureza empresarial (independentemente de revestirem formas de direito privado ou serem entidades locais de direito público) que este participe, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, no final do exercício económico a consolidar.

5. Organigrama do grupo objecto de consolidação



O perímetro de consolidação que abrange o Grupo Municipal Consolidado é constituído pelo Município de Ourém, na qualidade de entidade consolidante (entidade-mãe) e as entidades OURÉMVIVA EEM e SRUFátima EEM, na qualidade de entidades controladas, em virtude de pertencerem ao setor empresarial local e de serem detidas em 100% pelo Município de Ourém.

No que se reporta à consolidação referente ao ano económico de 2010, será ainda de mencionar que a consolidação inclui a empresa municipal Ambiourem (cujo processo de extinção e liquidação se prevê que fique concluído até 30 de junho de 2011, pelo que deixará, no exercício de 2011, de se incluir no perímetro de consolidação.

Importa ainda referir que a entidade designada de OURÉMVIVA EEM, em 2010, apresentava a designação de VEROURÉM EEM.

6. Métodos de consolidação aplicáveis

Tendo em atenção como é constituído o perímetro de consolidação, o método de consolidação a utilizar é o integral. Este método consiste na integração no balanço e da demonstração de resultados da entidade consolidante (Município de Ourém) dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas.

Para efeitos de aplicação deste método, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15, “Investimentos em subsidiárias e consolidação”, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector (ponto 9.6, da alínea b) da Orientação n.º 1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho).

Pode, no entanto, referir-se, desde já, no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação, que aquela norma remete para a NCRF 14 “Concentrações de atividades empresariais”, publicada também através do referido Aviso, e da qual resultam os seguintes procedimentos adaptados ao sistema contabilístico vigente nas autarquias locais:

- a) Os valores contabilísticos das participações no capital estatutário/social das entidades de natureza empresarial compreendidas na consolidação são compensados pela proporção que representam nos capitais próprios dessas entidades. Essa compensação far-se-á com base nos respetivos valores contabilísticos à data do início do exercício em que tais entidades sejam

- incluídas pela primeira vez na consolidação ou à data de aquisição, se posterior;
- b) As diferenças que resultem dessa compensação devem ser imputadas diretamente, na medida em que tal for possível, às rubricas do balanço consolidado que tenham valores superiores ou inferiores aos seus valores contabilísticos;
 - c) Se após a referida imputação subsistir ainda algum valor remanescente, este deve ser inscrito no balanço consolidado na rubrica “diferenças de consolidação”, no ativo, caso seja positivo, ou nos resultados, se for negativo.
 - d) O valor remanescente referido na alínea anterior, quando a diferença for positiva, não deve ser amortizada, mas sim testada anualmente quanto à imparidade, já quando a diferença for negativa, deve ser imputada à conta de resultados.

Neste contexto, importa ainda salientar que tendo em conta o perímetro de consolidação definido na Lei das Finanças Locais, não existem os direitos de terceiros, designados para este efeito de “interesses minoritários”, os quais não integram, por isso, o balanço consolidado.

7. Instruções para cada entidade que integre o perímetro de consolidação

Do Dossier de Consolidação devem constar as seguintes informações e documentos:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de Resultados;
- c) Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados;
- d) Plano de Contas da sociedade a consolidar com tabela de correspondências com o Plano de Contas da entidade consolidante (Município);
- e) Mapa de Fluxos Financeiros;
- f) Extrato de contas a consolidar resultantes das relações com o Município;
- g) Informação dos movimentos ocorridos na conta de Capital.

8. Homogeneização da informação, agregação de dados e eliminação das operações internas

8.1 Homogeneização prévia da informação

Enquanto ação prévia no âmbito da consolidação, será o desenvolvimento dos procedimentos tendentes à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público, efetuando-se, posteriormente, a agregação dos dados permitindo, desta forma, obter uma imagem verdadeiras, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

A homogeneização prévia da informação deverá obedecer às seguintes regras:

- a) Homogeneização temporal – As demonstrações consolidadas devem ser elaboradas com referência à mesma data das demonstrações financeiras anuais do Município de Ourém¹;
- b) Homogeneização valorativa – O Município de Ourém deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o ponto 4 “Critérios de valorimetria” do POCAL. Se algum elementos materialmente relevante do ativo, do passivo dos fundos próprios/capitais próprios, for mensurado, por método que não cumpra o requisito da uniformidade estabelecido, esse elemento deverá ser objecto de uma reclassificação ou remensuração de acordo com as normas definidas, sendo os ajustamentos necessários considerados unicamente para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. A título excecional, são admitidas derrogações ao disposto nesta alínea, as quais deverão ser mencionadas e devidamente justificadas, no Anexo;
- c) Homogeneização de operações internas – Entende-se por operação interna qualquer operação cujos intervenientes sejam entidades que integram o perímetro de consolidação. Quando da realização de operações internas resultem, por inexactidões ou omissões, registos não coincidentes nas contas

¹ Se, durante o exercício económico, uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, com referência a 31 de dezembro, devendo, este facto e o seu efeito, ser relatado no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

das entidades intervenientes nessas operações, deverão realizar-se ajustamentos necessários para que se possa posteriormente proceder às respectivas eliminações;

- d) Homogeneização para realizar a agregação – Sempre que a estrutura das demonstrações financeiras anuais de uma entidade a consolidar não coincida com a das demonstrações financeiras consolidadas deverão efetuar-se as necessárias reclassificações às contas anuais individuais.

8.2 Agregação dos dados

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas realizar-se-á pela agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza, das demonstrações financeiras anuais individuais homogeneizadas, sem prejuízo das eliminações que se vierem a verificar e que se descrevem no ponto seguinte.

8.3 Eliminação das operações internas

As demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, sendo caso disso, as receitas e despesas de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação como se se tratasse de uma única entidade, devendo ser eliminados, nomeadamente, as seguintes operações internas:

- a) Eliminações recíprocas:
 - i. Os créditos/dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
 - ii. Os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efetuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
 - iii. As operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
 - iv. Os resultados provenientes das operações efectuadas entre as entidades compreendidas na consolidação quando estejam incluídos

nos valores contabilísticos dos ativos. Quando uma operação tenha sido concluída de acordo com as condições normais de mercado e a eliminação dos respetivos resultados acarrete custos desproporcionados, pode-se, exceccionalmente, não proceder às eliminações referidas;

- v. No caso de elaboração do mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais também as despesas e receitas orçamentais relativas a operações efectuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação
- b) Eliminação dos resultados de operações internas
 - i. No caso das operações intra-grupo terem sido efetuadas em condições substancialmente diferentes das condições de mercado e das importâncias envolvidas serem materialmente relevantes, a totalidade do resultado económico resultante dessa operação interna deverá eliminar-se e diferir-se até que o mesmo se realize perante terceiros, o que se presume que ocorre com a alienação externa ao grupo público ou com o uso dos correspondentes ativos.

9. Processo de confirmação das contas e operações recíprocas

Cada entidade remete os extratos das operações existentes no grupo, bem como o mapa sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público, fazendo os referidos documentos, parte integrante do dossier de cada entidade.

De acordo com o cronograma de ações previsto no ponto 3 do presente manual, o envio dos extractos assim como a organização do dossier de consolidação deverá ocorrer até finais do mês de janeiro.

Esta tarefa poderá, igualmente, fazer parte integrante do processo de certificação legal de contas, no âmbito da circularização das contas correntes.

10. Estrutura e conteúdo de documentos-síntese de informação e controlo

10.1 Balanço Consolidado

Balanco consolidado, de acordo com a estrutura do modelo a seguir representado:

Código Contas	ACTIVO	Exercícios			
		AB	Ano n AP	AL	Ano n-1 AL
	IMOBILIZADO				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras const. e infra-estruturas				
455	Bens patr.hist., artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de invest.e desenv.				
433	Prop. industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recurso naturais				
422	Edifícios e outras construções				
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo				
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas				
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrig. e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias-primas, subs. e de cons.				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, despo.res. e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiant. por conta de Compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
268	Outros devedores				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c				
213	Utentes c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Deved. pela exec.do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiant.fornec. de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262+263+	Outros devedores				
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrig. e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em inst. financeiras				
11	Caixa				
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos				
272	Custos diferidos				
	Total de amortizações				
	Total de provisões				
	Total do activo				

Código contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		Ano n	Ano n-1
51	FUNDOS PRÓPRIOS		
55	Património		
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas Legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido do exercício		
Código contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		Ano n	Ano n-1
292	PASSIVO		
	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito		
2612	Dívidas a fornecedores de imobilizado (locação financeira)		
2613	Fornecedores de imobilizado - aquisições a mp		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos		
264	Administração autárquica		
262+263+	Outros credores		
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência		
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos		
274	Proveitos diferidos		
	Total dos fundos próprios e do passivo		

10.2 Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados Consolidados, de acordo com a estrutura representada na página seguinte.

Código de Contas POCAL	Custos e Perdas	Exercícios			
		Ano n		Ano n-1	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos				
	Custos com o pessoal:				
641 + 642	Remunerações				
643 a 648	Encargos sociais				
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício				
67	Provisões do exercício				
65	Outros custos e perdas operacionais				
	(A)				
68	Custos e perdas financeiras				
	(C)				
69	Custos e perdas extraordinárias				
	(E)				
88	Resultado líquido do exercício				
	Poveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
4	Vendas de produtos				
712	Prestações de serviços				
72	Impostos e Taxas				
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos				
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)				
78	Proveitos e ganhos financeiros				
	(D)				
79	Proveitos e ganhos extraordinários				
	(F)				

Resumo:

Resultados operacionais: (B) - (A);

Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);

Resultados correntes: (D) - (C);

Resultado líquido do exercício: (F) - (E)

10.3 Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a. Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

i. Denominação e sede;

- ii. Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;
 - b. Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:
 - i. Denominação e sede;
 - ii. Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente.
- 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:
 - a. Descrição dos casos em que aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;
 - b. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;
 - c. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.
- 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:
 - a. Identificação da fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;
 - b. Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;
 - c. Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no

património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

- d. Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto IV) da alínea a) do item 8.3 deste manual, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;
 - e. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;
 - f. Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
 - g. Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;
 - h. Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 8.3 deste manual, bem como das razões que justificaram a sua utilização;
 - i. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.
4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:
- a. Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Ano:

(Designação da autarquia local)

(unidade: euro)

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)					Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	(Designação do município)	(Designação do serviço municipalizado)	(Designação da empresa municipal)	–	TOTAL		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Total							

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

- b. Montante total das dívidas a terceiros apresentada no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado e por rubrica patrimonial;
5. Informações relativas a compromissos:
- Montante global dos compromissos financeiros que não configurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser reflectidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;
 - Descrição das responsabilidades aplicadas às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;
 - Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

- a. Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano:

(Designação da autarquia local)

(unidade: euro)

Tipo de fluxos	(Designação das duas entidades abrangidas) a)									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais										
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total										

a) Relativamente a cada entidade abrangida pelo perímetro de consolidação deve ser elaborado um mapa que espelhe as relações financeiras estabelecidas com cada uma das restantes entidades abrangidas pelo mesmo perímetro, como por exemplo município/serviços municipalizados, município/entidade empresarial, serviços municipalizados/entidade empresarial, entidade empresarial/entidade empresarial e vice versa. Neste quadro devem ser identificadas as entidades a que se referem as operações descritas.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;
- b. Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas:

- a. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;
- b. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;
- c. Indicação dos custos suportados no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

- d. Montante de ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;
- e. Indicação global, por categoria de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;
- f. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;
- g. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes da flutuação de valor;
- h. Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;
- i. Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;
- j. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;
- k. Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no presente manual e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuadas com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- l. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores já pagos e a pagar

relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para determinação de impostos futuros;

- m. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;
- n. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;
- o. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;
- p. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;
- q. Demonstração consolidada dos resultados financeiros;
- r. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;
- s. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;
- t. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;
- u. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;
- v. Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

9. Informações diversas:

- a. Outras informações exigidas por diplomas legais;
- b. Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c. As entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, designadamente, empresas

municipais e intermunicipais, devem assegurar a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

11. Disposições finais

No início de cada exercício cabe à entidade consolidante (Município de Ourém) definir e divulgar às entidades inseridas no perímetro de consolidação as orientações subjacentes ao processo de consolidação, em observância ao estabelecido no presente documento, o qual constitui um guia prático de consolidação, contendo os princípios e os procedimentos preconizados para o grupo municipal de consolidação.

Para além das orientações expressamente identificadas no presente manual, deverá ser mantido, na entidade consolidante, um ficheiro relativo a cada uma das entidades do grupo, que deverá cumulativamente englobar:

- a) Elementos de identificação: designação (nome da firma), sede social, endereços postais, número de contribuinte, atividade (objeto social), data de fecho das contas, pessoa a contactar e nome do Revisor Oficial de Contas.
- b) Elementos legais: cópia dos estatutos e de todos os actos modificativos; cópia das declarações de início da atividade e alterações fiscais (IVA, IRC); cópia das atas das assembleias gerais.
- c) Elementos sobre o capital social/estatutário: montante do capital social/estatutário e das suas variações; percentagem do grupo; tipos de participações; valor das participações na própria empresa;
- d) Outros elementos: designadamente, informações específicas sobre práticas ou operações contabilísticas se as houver.